



informativo

71
20/94
IASP

Órgão do Instituto dos Advogados de São Paulo

Ano IV - nº 15 - março/abril 94

Um Plano Econômico Repleto de Riscos

Ives Gandra da Silva Martins*

O Plano Econômico do Governo Federal, assinado em 28 de fevereiro, pouco difere dos demais, muito embora esteja melhor estruturado, permitindo administrar de forma mais racional perdas nos três segmentos da Economia, a saber: salários, preços e aplicações financeiras.

Por ele os salários perderam de início, os preços perderão a partir de sua conversão em URV, balizados pelo último quadrimestre de 93, e as aplicações financeiras, quando da conversão da URV em Real.

Teoricamente, as perdas são administráveis, visto que os salários podem ser rediscutidos, aos preços superiores ao quadrimestre é facultado a justificação e, no mercado financeiro, perderão apenas os que tiverem atrelados seus títulos a índices superiores a URV vencíveis após a conversão.

A obrigatoriedade de adoção da URV nos contratos fere o artigo 174 da Constituição Federal, que declarou serem os planejamentos econômicos governamentais meramente **indicativos** para o segmento privado. Se, todavia, a Economia acomodar-se, não creio que haverá muita contestação.

O calcanhar de Aquiles do Plano, todavia, está no "deficit zero", que foi obtido pela coluna do aumento de receitas e não de redução de despesas, com o que, ao contrário de todos os países da América Latina que derrotaram a inflação à custa de um enxugamento do Estado, o Governo não trilhou, pressionado pelos corporativismos estatais, o mesmo caminho.

Em minha opinião, o concentrado esforço do Governo Federal para viabilizar seu plano econômico à custa da sociedade, com brutal aumento de impostos e condescendente política de cortes dos desperdícios públicos, reveste-se de fantástico equívoco. Pretende o governo, como no passado, mais uma vez, combater a inflação, não fazendo o racional, que é reduzir despesas, mas seguindo a estrada irracional, que é elevar a imposição fiscal sobre uma sociedade exaurida.

Por esta razão, enquanto o Brasil entra pelo caminho insensato do aumento dos tributos — já tem a mais alta carga tributária do mundo, em suas leis —, o Japão, cuja Economia é mais sólida que a de nosso país, reduz a carga tributária para combater a recessão e o desemprego, que lá se apresentam em escala muito menor.

O Japão deu o choque no Estado. O Governo continua dando apenas choque na sociedade e preservando, no melhor estilo da ultrapassada visão marxista, a esclerosada e corporativista máquina estatal. Seu combate à inflação se faz à custa dos empresários e trabalhadores, que sustentam o Governo e não à custa do Governo que desperdiça o dinheiro da sociedade, com o que apenas eleva os patamares inflacionários.

Daniel Ropps diagnosticava, em seu livro "A Igreja dos Tempos Bárbaros", que a queda do império romano ocidental deveu-se à sanha tributária dos imperadores, ao descontrole das finanças públicas, lembrando que, por mais sanções tributárias que os governos impunham, tanto mais sonegação havia pela estupidez da política fiscal. Os congelamentos e tabelamentos fracassaram todos, pois a desorganização da Economia, provocada pela excessiva carga do Estado e pela monstruosa máquina estatal, paralizava o império. Os romanos chegaram a preferir os bárbaros a seus próprios governantes, segundo Orósio, historiador da época, como hoje muitos preferem um regime de exceção à instável democracia do país; dominada apenas por interesses pessoais e, muitas vezes, escusos. Tal visão míope, hoje, como era a dos romanos no século V, não deve ser desprezada pelos analistas do futuro, visto que a História não perdoa os insensatos.

A ilogicidade da escorchante carga tributária termina por criar, no País, um "protecionismo às avessas". Sendo o produto brasileiro fantasticamente mais taxado que o estrangeiro, muitas empresas preferem importar que produzir. Sendo o produto estrangeiro menos tributado na origem, à evidência, tem maior competitividade que o brasileiro, mais caro por força da energúmena carga fiscal. Desta forma, o governo brasileiro protege o produto estrangeiro e prejudica o nacional, gera empregos fora e gera desemprego no Brasil. Sugere que os ricos partam para outros países, onde são bem recebidos, desaconselhando-os a ficar no país, onde são mal vistos.

Estou convencido que a política tributária do plano FHC2 é um acúmulo de fantásticos equívocos e continuará a gerar inflação, recessão e desemprego porque mais uma vez, como na queda do império romano ocidental, o Governo deu um choque na sociedade combalida e não na inchada máquina estatal. E poderá colocar em risco a

Instituto faz balanço
positivo de suas
atividades em 1993

3

Levantamento histórico
marcará os
120 anos do Instituto

9

Menor delinqüente
inimputável pode
escolher presidente

11